

**O PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO COMO TEMA DE ATIVIDADES
DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM PARINTINS-AM**

**ARCHAEOLOGICAL CULTURAL HERITAGE AS THEME OF UNIVERSITY
EXTENSION ACTIVITIES IN PARINTINS-AM**

**EL PATRIMONIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO COMO TEMA DE LAS
ACTIVIDADES DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA EN PARINTINS-AM**

Clarice Bianchezzi¹

DOI: 10.5281/zenodo.14170279

RESUMO

O projeto de extensão universitária *Na trilha do patrimônio arqueológico: educação patrimonial nas escolas* tem buscado contribuir com a educação patrimonial, a divulgação científica e a formação escolar, com o tema do patrimônio arqueológico em Parintins, Amazonas, desenvolvido na educação básica e no ensino superior. As atividades desenvolvidas com foco no patrimônio arqueológico de Parintins, por meio de aulas expositivas, destacam a importância patrimonial e histórica dos vestígios materiais e oficinas de moldagens de objetos de argila/cerâmica. Assim, o patrimônio arqueológico ganhou destaque no cotidiano das escolas do município, valorizando, respeitando, incentivando estudos sobre a riqueza arqueológica presente nessa localidade e contribuindo para compreender a relação histórica de longa duração dos vestígios com a história da presença indígena em Parintins-AM. As turmas de alunos/as têm interagido com o tema, nos encontros temos conseguido despertar a compreensão sobre as normativas e procedimentos quando de achados fortuitos – devido à recorrência desses achados – e incentivado a valorização da história e da materialidade cultural, além da proteção do vasto patrimônio arqueológico disperso no município.

Palavras-chave: Educação patrimonial; Patrimônio arqueológico; Divulgação Científica.

ABSTRACT

The university extension *Project Na trilha do patrimônio arqueológico: educação patrimonial nas escolas* has sought to contribute to heritage education, scientific dissemination and school training, with the theme of archaeological heritage in Parintins, Amazonas, developed in basic education and higher education. The activities developed with a focus on the archaeological heritage of Parintins, through expository classes, highlight the heritage and historical importance of material remains and workshops for molding clay/ceramic objects. Thus, archaeological heritage gained prominence in the daily lives of the city's schools, valuing, respecting, encouraging studies on the archaeological wealth

¹ Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora adjunta no Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Vice-Coordenadora do Grupo de Pesquisas em Educação, Patrimônio, Arqueometria e Ambiente na Amazônia (GEPIA). E-mail para correspondência: cbbianchezzi@uea.edu.br.

present in this location and contributing to understanding the long-term historical relationship of the remains with the history of indigenous presence in Parintins-AM. The groups of students have interacted with the topic, in the meetings we have managed to awaken understanding about the regulations and procedures when fortuitous findings – due to the recurrence of these findings – and encouraged the appreciation of history and cultural materiality, in addition to the protection of the vast archaeological heritage dispersed throughout the municipality.

Keywords: Heritage education; Archaeological heritage; Scientific dissemination.

RESUMÉN

El proyecto de extensión universitaria *Na trilha do patrimônio arqueológico: educação patrimonial nas escolas* ha buscado contribuir a la educación patrimonial, la divulgación científica y la formación escolar, con la temática del patrimonio arqueológico en Parintins, Amazonas, desarrollada en la educación básica y la educación superior. Las actividades desarrolladas con foco en el patrimonio arqueológico de Parintins, a través de clases expositivas, resaltan la importancia patrimonial e histórica de los restos materiales y los talleres de modelado de objetos de arcilla/cerámica. Así, el patrimonio arqueológico ganó protagonismo en la vida cotidiana de las escuelas de la ciudad, valorando, respetando, fomentando estudios sobre la riqueza arqueológica presente en este lugar y contribuyendo a comprender la relación histórica de largo plazo de los restos con la historia de presencia indígena en Parintins-AM. Los grupos de estudiantes han interactuado con el tema, en los encuentros hemos logrado despertar el entendimiento sobre las normas y procedimientos cuando se producen hallazgos fortuitos –debido a la recurrencia de estos hallazgos- y fomentamos la valoración de la historia y la materialidad cultural, además de la protección del vasto patrimonio arqueológico disperso por el municipio.

Palabras clave: Educación patrimonial; Patrimonio arqueológico; Divulgación científica.

INTRODUÇÃO

O projeto de extensão universitária *Na trilha do patrimônio arqueológico: educação patrimonial nas escolas*, desenvolvido no Município de Parintins-AM por professores e acadêmicos da Universidade do Estado do Amazonas, no campus do Centro de Estudos Superiores de Parintins, teve início em agosto de 2023, voltado para a educação patrimonial e com foco no patrimônio arqueológico desse município e região.

A cidade de Parintins, no interior do estado do Amazonas, está localizada sobre áreas de ocupação dos antigos povos indígenas que residiram na Amazônia antes do contato com os colonizadores europeus. Essa cidade não é uma exceção no estado do Amazonas ou mesmo na Amazônia em seu todo. Muitas cidades e municípios, em toda sua extensão, têm essa característica na região Norte do Brasil, isso porque, como as pesquisas arqueológicas têm demonstrado nos últimos anos, a Amazônia foi densamente ocupada por diversos povos

indígenas ao longo de milhares de anos (Neves, 2022), muito antes da chegada dos colonizadores oriundos da Europa.

Machado (2018) desenvolveu uma pesquisa de mapeamento de sítios arqueológicos no Município de Parintins em que identificou, em várias comunidades rurais, a presença de cerâmica arqueológica e grandes extensões de Terra Preta de Índio (Terra Preta Antropogênica)², vestígios que evidenciam ocupações antigas dos povos indígenas nesses locais. Machado (2018) também identificou e georreferenciou um sítio arqueológico de grande extensão às margens do rio Amazonas, na área urbana da cidade de Parintins (Sítio Orla do Hospital Dr. Jofre Coem)³, próximo de hospital, em área recorrente de desbarrancamentos à margem do rio, que tem exposto, sobre o solo erodido, uma rica diversidade de cerâmica arqueológica. Esse sítio estende-se desde o barranco da margem do rio Amazonas até as primeiras ruas da orla da sede do município (Machado, 2018).

Batista Filho⁴ (2022) ampliou os dados catalogados por Machado (2018), elaborou o Mapa Arqueológico de Parintins – *MapArqPin*, e, utilizando o recurso *My Maps* do Google Maps, desenvolveu um mapa interativo que foi e está disponibilizado para acesso no site: www.gepia.com.br. Esse mapa contém a localização georreferenciada de sítios arqueológicos localizados na jurisdição do Município de Parintins, tanto os registrados no Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN como os identificados nos relatórios e produções acadêmico-científicas, incluindo os de Machado (2018) e os indicados por moradores de comunidades rurais que continham as coordenadas geográficas. Esse mapa contém 44 sítios arqueológicos, com informações gerais, algumas imagens dos materiais identificados neles e link para a bibliografia consultada sobre cada sítio.

Essas pesquisas de mapeamento são um dos motivadores para criar estratégias capazes de socializar o tema do patrimônio arqueológico na sociedade parintinense, que recorrentemente nega essa riqueza patrimonial, mesmo exposta por moradores de diversas localidades (rurais e urbanas) do município e presente nos vários relatórios de prospecção arqueológica desde 1975, na região.

² As formações de Terras Pretas Antropogênicas ou de Índio (TPA ou TPI) são tipos de solos amazônicos ricos em nutrientes e com características de ação humana pelo descarte de resíduos /lixos orgânicos e fogo, capazes de criar um solo pela ação do manejo humano da terra e o que nela foi depositado ao longo de milhares de anos por populações humanas que habitaram a região. Para maior aprofundamento sobre o tema, recomenda-se: Arroyo-Kalin, 2021.

³ Ficha de registro do sítio disponível em: <https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bem/visualizar/39578#&panel1-2>.

⁴ Essas pesquisas foram e vêm sendo desenvolvidas no bojo do Grupo de Pesquisa em Educação, Patrimônio, Arqueometria e Ambiente na Amazônia – GEIPA da UEA.

Esse projeto de extensão universitária foi proposto visando contribuir com a divulgação científica, a educação e a formação escolar, em que o tema do patrimônio arqueológico em Parintins e sua importância histórica, seja estudado desde a educação básica ao ensino superior.

Com relação à autorização do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN para o desenvolvimento desse projeto que prevê uso de material arqueológico, seguimos as recomendações previstas na Lei nº 3.924/1961 e na Portaria nº 195/2016. Além disso, a coordenadora do projeto solicitou autorização ao IPHAN⁵, e o Museu da Amazônia - MUSA, parceiro do GEPIA, foi quem realizou o empréstimo de alguns fragmentos arqueológicos por um ano - tempo inicial do projeto - com possibilidade de prorrogação de prazo (se houver intenção de continuidade do projeto).

Dessa forma, partindo de pesquisas desenvolvidas que destacam a riqueza de vestígios arqueológicos no município, o projeto ganhou relevância por tornar o tema do patrimônio arqueológico presente em diversas aulas na educação básica e no ensino superior no município, abrindo diálogos capazes de incentivar a valorização, a proteção e o conhecimento da riqueza arqueológica presente nessa localidade, além de melhor compreensão da relação da história local/regional com esses vestígios e a história indígena de longa duração.

PERCURSO METODOLÓGICO

O projeto conseguiu alcançar, ao longo de 12 meses de atividades, 8 acadêmicos de ensino superior (entre bolsistas e voluntários), 5 docentes da educação básica, 1 acadêmico de pós-graduação e 131 alunos dos anos finais do ensino fundamental, distribuídos por 5 turmas de 4 escolas da educação básica (municipais e estaduais) localizadas em 4 bairros do Município de Parintins.

A partir do contato com o tema do patrimônio arqueológico, aqui entendido de acordo com a definição disponível no site do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN:

O patrimônio arqueológico é bem cultural acautelado em âmbito federal, faz parte do patrimônio cultural material e engloba os vestígios e os lugares relacionados a grupos humanos pretéritos responsáveis pela formação identitária da sociedade brasileira, representado por sítios arqueológicos, peças avulsas, coleções e acervos que podendo ser classificado em bens móveis e imóveis. Esse patrimônio, objeto de estudo da Arqueologia, é

⁵ De acordo com a Portaria nº. 195, de 18 de maio de 2016, que dispõe sobre procedimentos para solicitação de movimentação de bens arqueológicos em território nacional.

formado pelos vestígios materiais e suas informações associadas, como, por exemplo, a disposição desses vestígios, as formas adotadas para ocupação do espaço, as relações e os contextos ambientais selecionados para tal, sendo que o conjunto dessas informações formam o sítio arqueológico (BRASIL/IPHAN,2024).

Assim motivados por essa percepção da importância do patrimônio arqueológico para história da presença ancestral dos grupos humanos na Amazônia, foi oportunizado aos alunos no primeiro encontro/aula, o contato com o mapa de sítios do município e os vestígios arqueológicos relacionado com estes locais. O uso do mapa deu-se tanto com a versão digital disponível no site www.gepia.com.br, bem como com a versão impressa para interação e contato com as localizações e a dispersão do patrimônio cultural arqueológico no Município de Parintins (conforme Figuras 01 e 02).

Figura 01 - Uso do Mapa Arqueológico de Parintins interativo.



Foto: Lucas Gaspar, 2024.

Figura 02 - Uso do Mapa Arqueológico de Parintins impresso.



Fonte: Lucas Gaspar, 2024.

Neste mesmo encontro estabelecemos diálogos que passaram pela legislação sobre a preservação e a valorização do patrimônio arqueológico, como a Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961 que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos e a Portaria nº 316, de 4 de novembro de 2019 que estabelece os procedimentos para a identificação e o reconhecimento de sítios arqueológicos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN. Apresentamos os principais aspectos que asseguram a preservação do patrimônio arqueológico, buscando entender o que seria um sítio arqueológico, para isso também usamos imagens para exemplificar os vestígios arqueológicos encontrados em sítios no município.

Para dialogar sobre:

- Lei 13.653 de 18 de abril de 2018 que dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo/a e dá outras providências;

- Portaria nº 317, de 4 de novembro de 2019 que estabelece diretrizes a serem observadas pelo Iphan para análise da comprovação das atividades científicas próprias do campo profissional da arqueologia;

- Lei nº 13.653/2018 e a Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015 que estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe;

- Portaria nº 07, de 1º de dezembro de 1988 que estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos.

Apresentamos, via projeção de slides, tópicos sínteses destes documentos, e exemplos dos procedimentos adotados em situações de pesquisa arqueológica em nosso município, com destaque para atuação do profissional arqueólogo/a envolvido nas pesquisas, relacionado com as leis e normativas apresentadas.

Em relação a Portaria nº. 196, de 18 de maio de 2016 que dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel e a Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018 que Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências, fizemos a projeção, via slides, da síntese dessas normativas e usamos como exemplo o documento de autorização em nome da coordenadora do projeto de Extensão, para portar e movimentar os fragmentos de cerâmicas arqueológicas que compõem a caixa baú, no âmbito do projeto.

Sabemos que dialogar sobre leis não são conteúdos atrativos, por isso buscamos apresentar exemplos próximos da localidade (do município, do bairro e comunidade rural) dos alunos e alunas, isto fez com que eles interagissem, trazendo questões como: a Universidade do Estado tem curso graduação em arqueologia? Como posso comunicar um achado arqueológico ao IPHAN? No terreno dos meus tios tem cerâmicas arqueológicas (ou Terra Preta de Índio, etc), então este local é um sítio?

No segundo encontro/aula após explanação sobre alguns vestígios arqueológicos da região Amazônica, sempre ilustrado com imagens projetadas via slides, houve atividade de interação onde os estudantes tiveram a oportunidade de manusear o conteúdo da caixa/baú arqueológica que contém exemplares de fragmentos de cerâmica arqueológica musealizados, aqui entendido como “aqueles bens culturais que já se encontram protegidos por museus, constituindo-se em patrimônio museológico do país” (IBRAM, 2019, p.8). Os quais estavam sob a guarda do Museu da Amazônia – MUSA e foram emprestados, para esse projeto, pela instituição de guarda com anuência do IPHAN. Tais fragmentos foram produzidos pelos grupos humanos indígenas do pré-contato colonial, oriundos de sítios arqueológicos do Município de Parintins-AM.

Ao aproximar os vestígios arqueológicos musealizados, presentes na caixa/baú arqueológica (Figuras 03 e 04), estamos oferecendo a oportunidade, aos acadêmicos da equipe do projeto e aos alunos e alunas da educação básica, de conhecer objetos que até então ficavam em museus fora do Município de Parintins, distantes e restritos a pesquisas e exposições na capital do estado.

Figura 03 - Contato e manuseio de cerâmica arqueológica.



Fonte: Lucas Gaspar, 2023.

Figura 04 - Manuseio e diálogo sobre cerâmica arqueológica.

Fonte: Lucas Gaspar, 2023.

Após esses dois encontros foram desenvolvidas um conjunto de 2 oficinas: uma de moldagem e outra de decoração de objetos de argila, em cada turma de alunos da educação básica que participaram do projeto. Nestas oficinas, os alunos tiveram a oportunidade de aprender a desenvolver objetos de argila: a primeira foi dedicada à etapa de moldagem de chocalhos (Figuras 05 e 06). Eles receberam pasta de argila e foram sendo orientados a seguir as etapas necessárias para que ao final tivesse um chocalho pronto. Na segunda etapa (segundo dia de oficina), que aconteceu em dia subsequente ao da confecção dos objetos, foi dedicada ao polimento e decoração dos chocalhos de argila (Figura 07). Ao longo dessas oficinas ocorreram diálogos articulando os conhecimentos anteriormente discutidos, objetivando o entendimento da complexidade do conhecimento dominado pelos povos indígenas do passado e presente e empregado para produzir as cerâmicas arqueológicas contidas na caixa/baú arqueológica do projeto.

Destacamos que o contato com esse conhecimento cultural da moldagem de cerâmica pode ser ressaltado como uma das contribuições da cultura para o desenvolvimento sustentável, ao adquirir conhecimentos aprimorados e replicados na produção de objetos cerâmicos. Com isso, agregamos à educação o acesso democrático aos bens culturais arqueológicos, compreendendo sua importância histórico-cultural, ao identificar e valorizar a diversidade de povos que fazem parte da história indígena dessa localidade e promover novas aprendizagens ao longo da vida em que o patrimônio arqueológico assume o papel central,

com as evidências arqueológicas somadas ao saber fazer presente na moldagem de objetos de argila/cerâmica.

Figura 05 - Moldagem com argila.



Fonte: Lucas Gaspar, 2023.

Figura 06 - (a) Dando forma ao chocalho de argila e **(b)** Polimento do chocalho de argila com coquinho da palmeira Inajá.



Fonte: (a) Lucas Gaspar, 2023; (b) Equipe do projeto, 2024.

Figura 07 - Decoração do chocalho com uso de palito.

Fonte: Equipe do projeto, 2023.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas interações com as turmas de alunos nas escolas da educação básica, tivemos muitos momentos marcantes. Trazemos alguns desses momentos neste artigo, buscando destacar o envolvimento (de equipe e alunos) nesta experiência de extensão universitária.

No debate cujo tema era legislação e sítios arqueológicos⁶, destaca-se como alguns estudantes interagiram com o projeto, entre esses destacou-se a importância de conhecer a Lei 3.924/61⁷, que prevê a proteção dos bens arqueológicos brasileiros e, também, a constatação e surpresa de saber e visualizar no mapa a quantidade desses sítios localizados no município, algo que era visto como inexistente, presente apenas nos livros didáticos. As intervenções do projeto foram contribuindo com referenciais importantes sobre a presença e a importância do patrimônio arqueológico para os estudantes do município.

⁶ Usamos a definição de sítio arqueológico de acordo com a Portaria nº 316, de 4 de novembro de 2019, que estabelece os procedimentos para a identificação e o reconhecimento de sítios arqueológicos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-316-de-4-de-novembro-de-2019-225612769>. Acesso em 10 de março de 2023.

⁷ Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-969/L3924.htm.

Apresentamos alguns vestígios arqueológicos que são recorrentes na região de Parintins, para isso inicialmente foram usadas fotos, com o auxílio de um retroprojetor, descrevendo e relacionando esses elementos com a atuação humana, fossem as cerâmicas arqueológicas, por exemplo, ou a remoção de solo em grande quantidade, capaz de construir uma série de portos pré-coloniais na região do Baixo Amazonas.

No caso dos bosques de árvores de castanha-do-Brasil, apresentados como um dos marcadores na paisagem da ação/interação dos antigos povos indígenas que habitaram a Amazônia (Neves, 2021), muito antes do contato com os europeus. Os diálogos em sala de aula com cada vestígio apresentado geraram identificação com os espaços experimentados por muitos/as alunos/as no presente, seja em locais que moram, seja em locais que visitaram em algum momento, como casas/terrenos dos avós, tios etc.

Por sua vez, a interação de todos/as os/as alunos/as com as cerâmicas arqueológicas contidas na caixa-baú arqueológica foi uma experiência importante, que chamou a atenção dos participantes ao tocar uma peça arqueológica. Percebe-se que a experiência potencializou o aprendizado pela sensorialidade de tocar, visualizar, analisar e imaginar os possíveis formatos do antigo objeto com decoração via incisão e apliques modelados compostos por fragmentos de cerâmica arqueológica. Dessa forma, bordas, bases e paredes de vasos/vasilhames despertaram a imaginação para pensar como eram esses objetos quando inteiros, seus usos e como teriam sido confeccionados. Quem os fez? Que técnicas foram utilizadas? Que instrumentos foram usados para criar os traçados/riscos/ponteados?

Toda essa interação teve o acompanhamento da equipe do projeto, que buscava responder os questionamentos. Quando não tínhamos respostas para algumas perguntas muito específicas dos/as alunos/as, ressaltávamos o quanto a pesquisa pela arqueologia e suas áreas de interação, a partir desses materiais, se torna importante.

Os dois últimos encontros foram para termos contato com a moldagem de objetos a partir do uso de argila preparada⁸, que se transformariam, após a cocção, em cerâmica. Destaca-se desses momentos as técnicas e as relações com a cerâmica arqueológica manuseada, que vão sendo associadas na execução de cada etapa da atividade. No primeiro dia da oficina moldamos pequenos chocalhos, para isso seguimos etapas preparando pequenas

⁸ É preparada uma pasta que usa argila natural (coletada em depósitos em beira de lagos e/ou rios em algumas comunidades rurais do município) e um tipo de antiplástico (usamos casca de arroz carbonizada. Destacamos que as cerâmicas arqueológicas com as quais tivemos contato tinham casca de uma árvore (conhecida como caripé) e um espongiário de água doce conhecido na região como cauxi, ambos queimados, triturados, peneirados e misturados na argila natural) - que tem a função de diminuir a elasticidade e a umidade e dar condições de maleabilidade na pasta argilosa.

bolinhas e, posteriormente, com uma porção de pasta de argila, moldando o formato de cada chocalho. Finalizados, foram deixados em um local ventilado, para a secagem leve, até o dia seguinte.

Na continuidade da oficina, um dia após a moldagem dos chocalhos, cada aluno/a recebeu um coquinho (sem polpa) de palmeira inajá (*Attalea maripa*) para fazer o polimento do objeto. Com ele bem lisinho, partimos para a etapa da decoração, em que lhes são fornecidas porções de argilas coloridas (engobes) para utilização junto com pequenas talas de madeira e/ou palitos de dente. A equipe foi acompanhando e orientando como proceder em cada um desses processos. Por fim, tivemos os chocalhos todos decorados de acordo com a arte/imaginação de cada aluno/a.

Os objetos ficaram com a equipe do projeto para finalizar a etapa de secagem e para a cocção, etapa que foi feita em forno à lenha no Laboratório de Cerâmica – LabCer, na sede do Centro de Estudos Superiores da Universidade do Estado do Amazonas – CESP/UEA, sob minha coordenação.

Os objetos criados nas duas primeiras escolas onde o projeto atuou tiveram sua cocção em janeiro/2024, junto com materiais oriundos de trabalhos externos e anteriores ao projeto de extensão. Dessa forma, após uma exposição na unidade educacional, onde foram expostos os chocalhos de cerâmica e um banner com a síntese das atividades desenvolvidas, os objetos foram entregues aos/às respectivos/as autores/as.

Todas as ações desenvolvidas por esse projeto de extensão universitária têm oportunizado a atuação dos/as acadêmicos/as com a docência e a interação com turmas da educação básica, importante para a formação de futuros/as licenciados/as e para a profissão de arqueóloga⁹. O projeto promoveu educação de qualidade, oportunizando aprendizagens sobre o patrimônio cultural a todos/as, socializando conhecimentos sobre aspectos histórico-culturais no Município de Parintins-AM, inúmeras vezes negligenciados na educação básica ou restritos a produções acadêmicas específicas sobre o tema.

A partir do conjunto de encontros/atividades valorizamos aspectos da diversidade cultural e da contribuição cultural legada pela diversidade de povos indígenas que compuseram e compõem a região amazônica. Juntos, conhecemos, conversamos, aprendemos e valorizamos a memória ancestral dos povos indígenas da Amazônia e em Parintins.

⁹ Temos uma participante do curso de bacharelado em Arqueologia, que passou a compor a equipe a partir de abril/2024 – no andamento do segundo semestre do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de doze meses esse projeto tem discutido o tema patrimônio arqueológico com o ensino superior e a educação básica, contribuindo na democratização do acesso ao conhecimento, impulsionando a divulgação científica sobre o conjunto de pesquisas e o conhecimento produzido sobre essa temática no município e região. Com isso, tem incentivado a valorização, proteção e respeito à riqueza arqueológica, bem como estudos sobre a relação histórica desses vestígios com a história de Parintins e a história indígena de longa duração.

Dessa forma, essa proposta extensionista contribui com a formação de cidadãos conscientes e críticos da sua própria herança cultural e identitária, vinculada a um território densamente ocupado no passado por uma diversidade de povos indígenas que deixaram marcas e vestígios (nas comunidades rurais e na área urbana de Parintins) que permanecem até os dias atuais. Além disso, colabora com a formação de cidadãos brasileiros conhecedores do valor patrimonial da cultura material arqueológica, valorizando e protegendo o vasto patrimônio arqueológico presente, não somente no Município de Parintins, mas em toda a região Amazônica.

A experiência na construção cotidiana desse projeto, assim como a interação com a gestão das escolas, os/as professores/as de História das turmas que atuamos e os/as alunos/as das turmas tem contribuído na formação inicial e continuada de professores, além de nos desafiar a alcançar um público sempre maior, devido às demandas que temos recebido de várias escolas do município.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos/às acadêmicos/as que acreditaram na proposta do projeto e aderiram à equipe; às escolas e aos/às aluno/as da educação básica que acolheram o tema e a equipe ao longo desses doze meses de projeto; e à Universidade do Estado do Amazonas, pelo aporte financeiro. A realização de cada etapa desse projeto de extensão é soma do esforço de todas essas pessoas.

REFERÊNCIAS

ARROYO-KALIN, Manuel. As terras antrópicas da Amazônia: mais que somente terras pretas. In: CUNHA, Manuela C.; MAGALHÃES, Sônia B.; ADAMS, Cristina. (Org.). **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças**. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, 2021, p. 33-84.

BATISTA FILHO, Arnoud de Oliveira. **Viajando virtualmente entre vestígios ancestrais: Mapa Interativo Parintins Arqueológico**. Relatório Final de Iniciação Científica edição 2021/2022. Parintins: Universidade do Estado do Amazonas, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Editora do Senado, 1988.

BRASIL/IPHAN. **Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015**. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/instrucao_normativa_001_de_25_de_marco_de_2015.pdf. Acesso em 10 jul. 2023.

BRASIL. **Lei 13.653 de 18 de abril de 2018**. “Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueóloga/o e dá outras providências”. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2018.

Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?journal=515&pagina=2&data=19/04/2018>. Acesso em 10 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília, DF, 1961. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-969/L3924.htm. Acesso em 15 jul. 2020.

BRASIL/IPHAN. **Portaria nº. 195, de 18 de maio de 2016** que dispõe sobre procedimentos para solicitação de movimentação de bens arqueológicos em território nacional. Brasília, DF, 2016. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_Iphan_195_de_18_de_maio_2016.pdf. Acesso 07 jul. 2023.

BRASIL/IPHAN. **Portaria nº 07, de 1º de dezembro de 1988**. Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos. Brasília, DF, 1988. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_007_de_1_de_dezembro_de_1988.pdf. Acesso em 10 jul. 2023.

BRASIL/IPHAN. **Portaria nº. 196, de 18 de maio de 2016**. Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2016. Disponível em:

https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21527421/do1-2016-05-23-portaria-n-196-de-18-de-maio-de-2016-21527267. Acesso em 27 jul. 2023.

BRASIL/IPHAN. **Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018.** Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2018. Disponível em:

https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/41601273/do1-2018-09-20-portaria-n-375-de-19-de-setembro-de-2018-41601031. Acesso em 27 jul. 2023.

BRASIL/IPHAN. **Portaria nº 316, de 4 de novembro de 2019.** Estabelece os procedimentos para a identificação e o reconhecimento de sítios arqueológicos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2019.

Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-316-de-4-de-novembro-de-2019-225612769>. Acesso em 10 mar. 2023.

BRASIL/IPHAN. **Portaria nº 317, de 4 de novembro de 2019.** “Estabelece diretrizes a serem observadas pelo Iphan para análise da comprovação das atividades científicas próprias do campo profissional da arqueologia mencionadas na Lei nº 13.653/2018”. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-317-de-4-de-novembro-de-2019-225612622>. Acesso em 10 jan. 2023.

BRASIL/IPHAN. **Patrimônio cultural- Patrimônio Arqueológico.** Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico>. Acesso em 25 out. 2024.

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus. **Declaração de Interesse Público.** Brasília, DF: Ibram, 2019.

MACHADO, Michel Carvalho. Vestígios pré-coloniais: Mapeamento de sítios arqueológicos no município de Parintins- AM. **Relatório Final de Iniciação Científica edição 2017/2018.** Parintins, 2018.

NEVES, Eduardo G. Castanha, pinhão e pequi ou a alma antiga dos bosques do Brasil. *In:* OLIVEIRA, Joana Cabral *et al.* (Org.). **Vozes Vegetais: diversidade, resistência e histórias da floresta.** São Paulo: IRD Editions e Ubu editora, 2021. p.109-123.

NEVES, Eduardo Góes. **Sob os tempos equinócio: oito mil anos de história na Amazônia central.** São Paulo: Ubu Editora, 2023.

Recebido em: 14 de julho de 2024.

Aceito em: 31 de outubro de 2024.